



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil:

Relatório FORMICT 2010

Brasília
2011

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação
ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
RONALDO MOTA

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Observação: Versão Atualizada e Normalizada em 08/08/2011

Impresso no Brasil

Elaboração: Diogo Bezerra Borges
Fernanda Vanessa Mascarenhas Magalhães

B823p Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Política de propriedade intelectual das instituições científicas e tecnológicas do Brasil: relatório Formict 2010. – Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2011.

26 p.

1. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 2. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação I. Formict II. Título

CDU 347.77(062.535)

Endereço:

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 3º andar, sala 398
CEP: 70067-900, Brasília – DF, Brasil

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
1. INTRODUÇÃO.....	3
2. CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES	3
2.1 Natureza Jurídica	3
2.2 - Quantitativo de Instituições por Região.....	5
2.3 - Núcleos de Inovação Tecnológica	5
2.4 Atividades do NIT	8
2.5 Recursos Humanos.....	12
2.6 Proteções de Propriedade Intelectual	13
Tipos de Propriedade Intelectual X Setor Econômico	16
2.7 Transferência de Tecnologia.....	18
3. Análise Comparativa 2007/2008/2009/2010	21
3.1 Distribuição Regional	22
3.2 Natureza Jurídica	23
3.3 Núcleos de Inovação Tecnológica	25
4. CONCLUSÃO	26

1. INTRODUÇÃO

Um dos eixos de atuação previstos na Lei de Inovação, Lei nº 10.973 de 02 dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto n.º 5.563, de 11 de outubro de 2005, é o estímulo à participação das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) no processo de inovação. Dentre as ações previstas neste marco legal, está a criação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) nas instituições, que têm entre suas competências a proposição, o assessoramento, o acompanhamento e a avaliação das políticas e das atividades de proteção das criações, licenciamentos, inovação e transferência de tecnologia adotadas pelas ICT.

As ICT devem enviar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), anualmente, informações sobre sua política de propriedade intelectual, criações desenvolvidas, proteções requeridas e concedidas e contratos de licenciamento ou transferência de tecnologia firmados. Essas informações devem ser fornecidas ao MCTI até três meses após o encerramento do ano base a que se referem conforme determinado no Artigo 17 da Lei 10.973 de 02 de dezembro de 2004.

2. CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES

2.1 Natureza Jurídica

Em 2011, o MCTI disponibilizou o Formulário de Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas (FORMICT), para que as Instituições Científicas e Tecnológicas apresentassem as informações especificadas no Art. 17 da Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação), referentes ao Ano Base 2010.

Do período em que o formulário esteve disponível na internet para preenchimento até a data 18/05/2011, verificou-se que 164 Instituições preencheram o formulário eletrônico, sendo que destas, 133 apresentaram-se como Instituições Públicas.

Embora não exista obrigatoriedade na Lei de Inovação para que as instituições privadas apresentem informações, verificou-se que 31 destas instituições preencheram voluntariamente o formulário eletrônico (FORMICT).

No que diz respeito à natureza jurídica das instituições, verificou-se que 57,32% correspondem ao nível federal. Já as instituições em nível estadual correspondem a 22,56%, enquanto as instituições em nível municipal apenas 1,22%, conforme ilustra a Tabela 1. Sendo assim, o total de instituições públicas foi de 81,10% e o de instituições privadas, 18,90%.

Natureza da Instituição	Qtd.	%
Privado	31	18,90
Público	133	81,10
Federal	94	57,32
Estadual	37	22,56
Municipal	02	1,22

Tabela 1 – Percentual de instituições públicas e privadas conforme sua natureza jurídica

Fonte: FORMICT/SETEC

Em relação aos perfis de ICT que preencheram o formulário, verificou-se que as *Universidades Federais* apresentaram o maior quantitativo dentre as instituições (28,66%), seguidas pelos *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia* (14,02%), pelas *Instituições de Ensino Superior Estaduais* (10,98%) e pelos *Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos* (10,37%). As demais instituições apresentam percentuais inferiores a 10%.

PERFIL	Quantitativo	%
Universidades Federais	47	28,66%
Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	23	14,02%
Instituições de Ensino Superior Estaduais	18	10,98%
Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos	17	10,37%
Universidades e centros Universitários Comunitários	13	7,93%
Universidades e Centros Universitários Privados	8	4,88%
Unidades de Pesquisa do MCTI	8	4,88%
Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados	7	4,27%
Fundações de Direito Público ou Privado	7	4,27%
Centro de Educação Tecnológica	3	1,83%
Outros possíveis	13	7,93%
Total	164	100,00%

Tabela 2 – Quantidade de ICT por perfil

Fonte: FORMICT/SETEC

2.2 - Quantitativo de Instituições por Região

Fazendo um comparativo das instituições por região, verificou-se que 41,35% das instituições públicas informaram sua localização na região Sudeste, enquanto 18,05% informaram a região Sul, e 23,31% informaram a região Nordeste. Localizadas na região Centro-Oeste e Norte, apenas 9,77% e 7,52% respectivamente.

Em relação às instituições privadas, diferentemente das públicas, um número significativo informou sua localização na região Sul, correspondendo a 58,06%, já as localizadas na região Sudeste correspondem a 19,35%, na região Nordeste 12,90% e apenas 9,68% na região Norte, conforme demonstra a Tabela 3.

Quantitativo de ICT por Região				
Região	Público	%	Privado	%
Sudeste	55	41,35%	6	19,35%
Sul	24	18,05%	18	58,06%
Centro-Oeste	13	9,77%	0	0,00%
Norte	10	7,52%	3	9,68%
Nordeste	31	23,31%	4	12,90%
Total	133	100,00%	31	100,00%

Tabela 3 – Quantitativo de Instituições por região
Fonte: FORMICT/SETEC

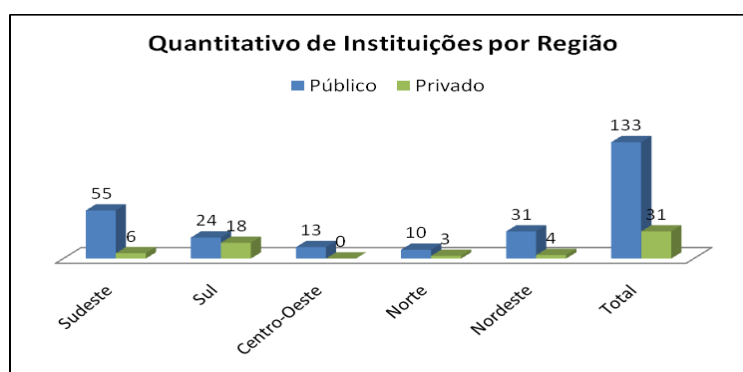


Gráfico 1 – Quantitativo de Instituições por região
Fonte: FORMICT/SETEC

2.3 - Núcleos de Inovação Tecnológica

Conforme as especificações do Art. 16 da Lei de Inovação, as Instituições Científicas e Tecnológicas devem criar Núcleo de Inovação Tecnológica próprio ou em associação com outras ICT, com a finalidade de gerir sua política de inovação. As competências mínimas do Núcleo de Inovação Tecnológica são:

I - zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;

II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei;

III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22;

IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;

V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;

VI - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.

De acordo com as informações da pesquisa, 65,41% das instituições públicas informaram que detêm uma política de inovação implementada e, em relação às instituições privadas, verificou-se que 64,52% informaram que sua política de inovação está implementada.

Política de inovação implementada	Público	%	Privado	%	Total	%
Sim	87	65,41	20	64,52	107	65,24
Não	46	34,59	11	35,48	57	34,76
Total	133	100	31	100	164	100

Tabela 4 – Política de Inovação Implementada
Fonte: FORMICT/SETEC

Por parte das instituições que informaram possuir a política de inovação implementada, verificou-se que “Desenvolvimento de projetos de cooperação com terceiros”, “Confidencialidade” e “Acordos de Parcerias” foram as atividades que tiveram maior incidência na política de inovação das instituições. As atividades que tiveram menor incidência foram “Licença sem remuneração para o pesquisador constituir empresa”, “Afastamento para prestar colaboração a outra ICT” e “Cessão de direitos sobre a criação”, conforme Gráfico 2.

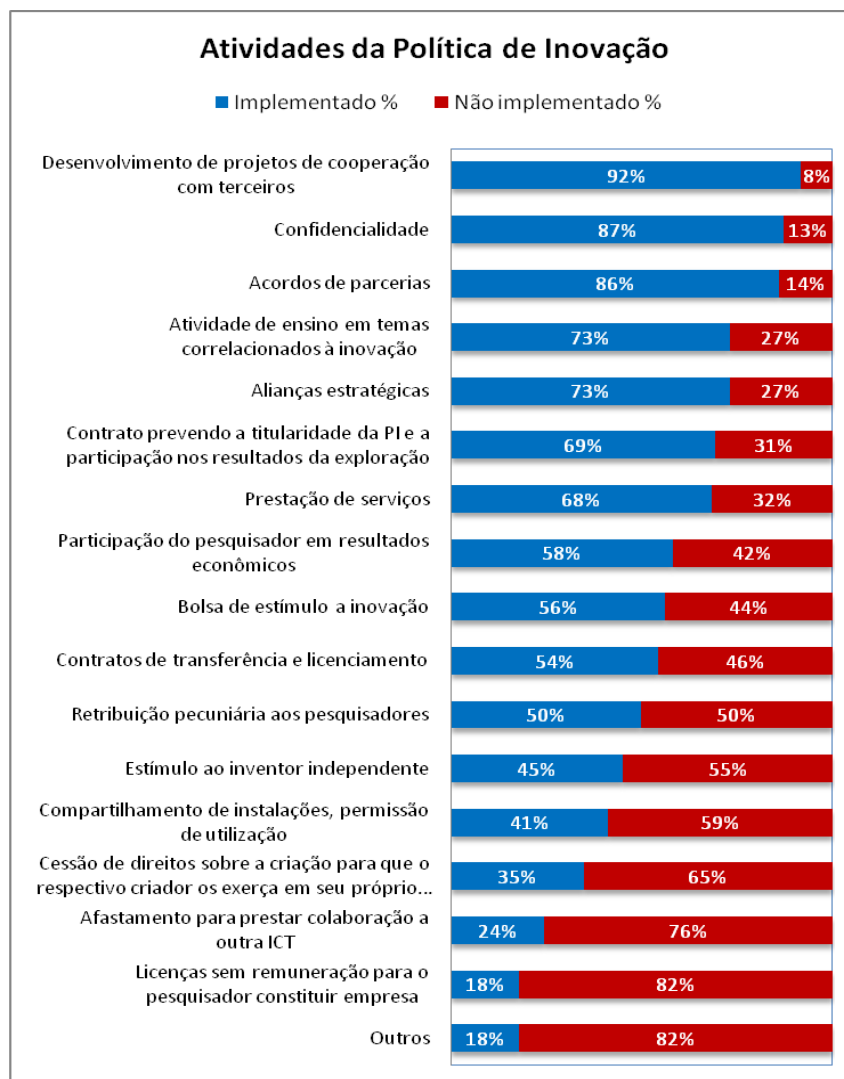


Gráfico 2 – Atividades da Política de Inovação
Fonte: FORMICT/SETEC

No que diz respeito ao estágio de implementação dos NIT, verificou-se que 77 instituições públicas (57,89%) informaram que já possuem o NIT implementado. Apenas 08 instituições públicas (6,02%) informaram que o NIT não está implementado e 48 instituições públicas (36,09%) informaram que esta em fase de implementação.

Por parte das instituições privadas, verificou-se que os resultados (em termos percentuais) foram similares aos das instituições públicas, 17 instituições privadas (54,84%) informaram que possuem o NIT implementado, 02 instituições privadas (6,45%) não possuem NIT Implementado e 12 instituições (38,71%) informaram que o NIT encontra-se em fase de implementação.

No cômputo geral, verificou-se que 94 instituições (57,32%), sejam estas públicas ou privadas, informaram que seus NIT's estão implementados, 60 instituições (36,59%) informaram que o NIT's estão em fase de implementação e apenas 10 (6,10%) informaram que ainda não foram implementados, conforme demonstrado no Gráfico 3.

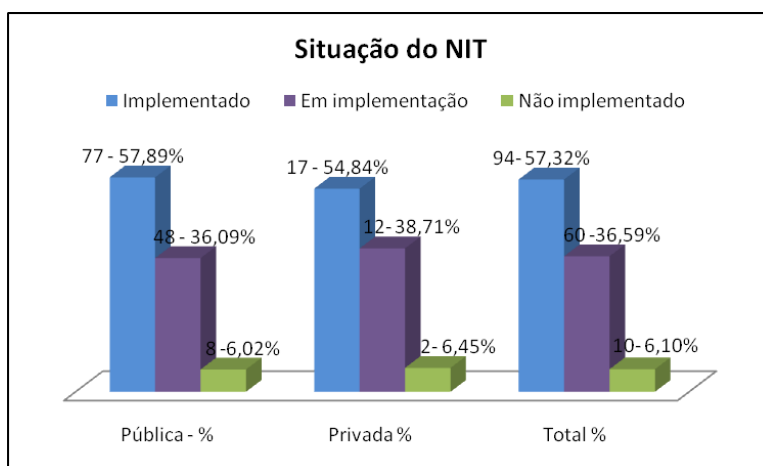


Gráfico 3 – Situação dos NIT
Fonte: FORMICT/SETEC

2.4 Atividades do NIT

As atividades do NIT foram separadas em dois subgrupos:

- I - Essenciais (conforme o parágrafo único do art. 16 da Lei de Inovação);
- II - Complementares.

De posse das informações recebidas das instituições, verificou-se que o índice de implementação das atividades tidas como essenciais oscilaram entre 42,21% e 64,29%, destas, as que tiveram maiores índices de implementação foram:

- zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção da PI (64,29%);
- opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição (64,29%);
- avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa (57,79%).

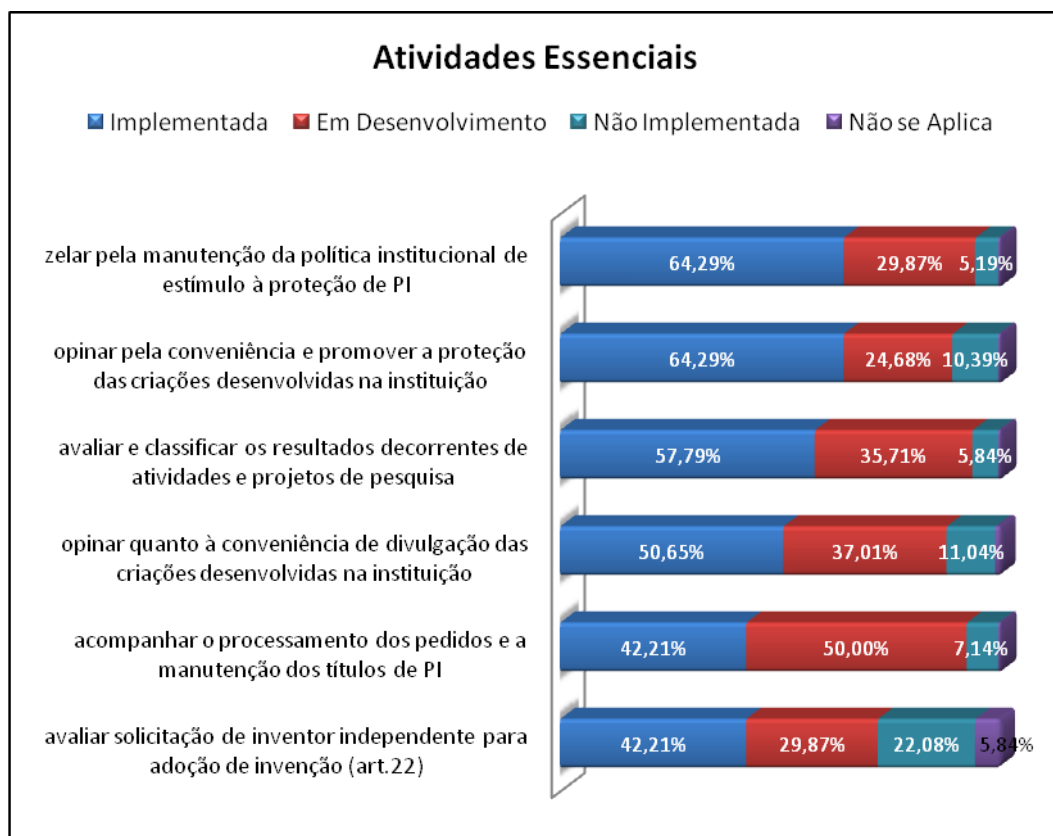


Gráfico 4 – Atividades Essenciais dos NIT
 Fonte: FORMICT/SETEC

Por parte das atividades tidas como complementares, verificou-se que o índice de implementação oscilou entre 7,79% e 57,79%, destas, as atividades que tiveram maiores índices de implementação foram:

- Política de Confidencialidade (57,79%);
- Relacionamento com empresas (53,25%);
- Eventos (52,60%);
- Capacitação realizada pelo NIT (50%).

As atividades complementares que tiveram menores índices de implementação foram:

- Inovação em marketing (7,79%);
- Valoração de tecnologia (9,09%);
- Avaliação econômica dos inventos (10,39%);
- Cadastro de oferta e demanda (16,23%);
- Inovação organizacional (16,23%).

Uma análise mais acurada permitiu verificar que algumas atividades que tiveram baixo índice de implementação estão em processo de desenvolvimento pelas instituições. Para comprovação de tal fato, basta verificar a incidência do índice “Em desenvolvimento” das atividades mencionadas abaixo:

- Cadastro de oferta e demanda (56,49%);
- Avaliação econômica dos inventos (49,35%).

Em relação à opção “Não se aplica” apontada por algumas instituições em relação às atividades citadas, verificou-se que as atividades abaixo apresentaram maiores índices neste quesito:

- Inovação em marketing (12,34%);
- Inovação organizacional (9,09%).

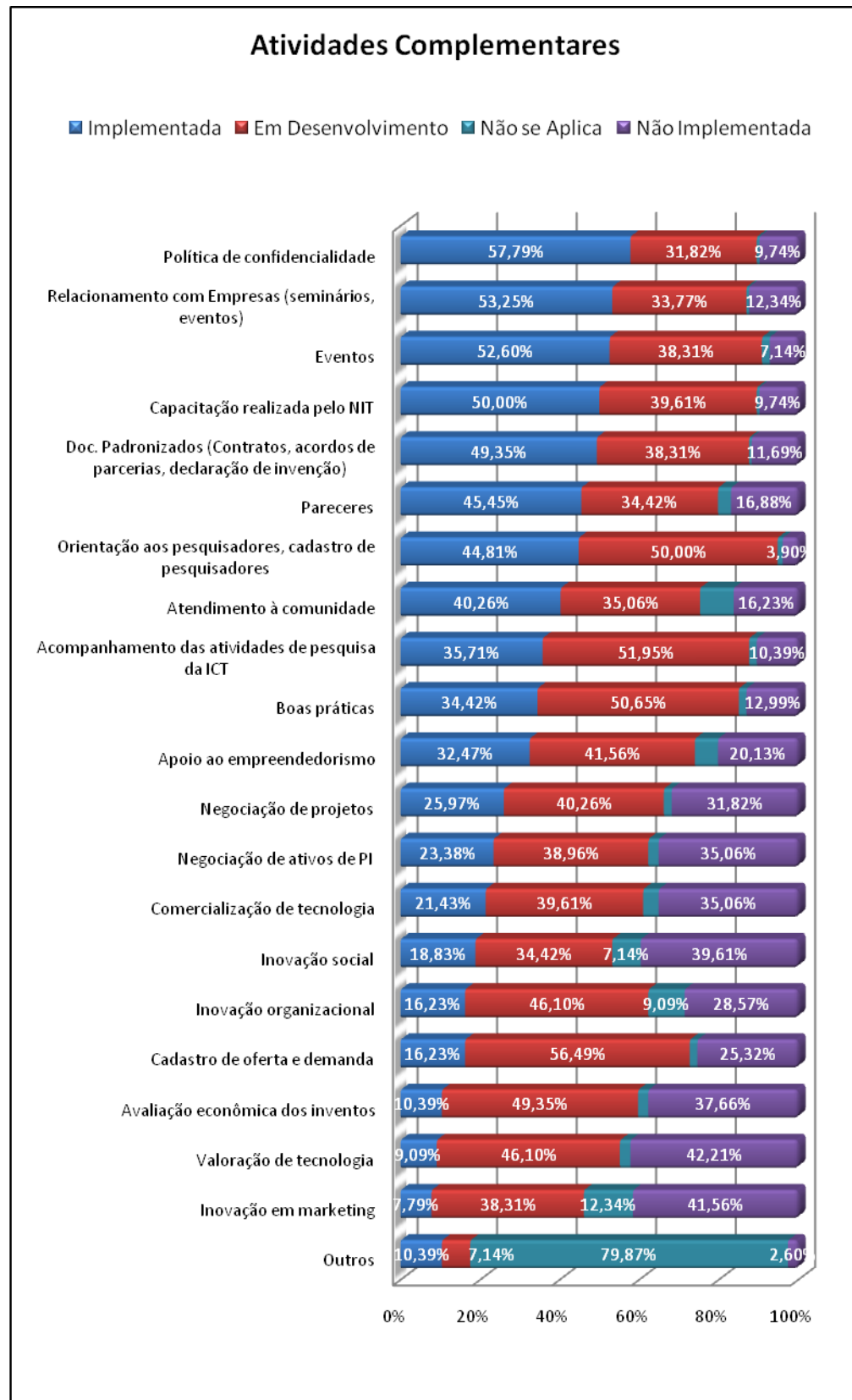


Gráfico 5 – Atividades Complementares dos NIT
 Fonte: FORMICT/SETEC

2.5 Recursos Humanos

Na análise do quantitativo de pessoal presente nos NIT, verificou-se o total de 1343 profissionais atuantes nos Núcleos, sendo que 50,11% são servidores e funcionários, os estagiários representam 29,04%, os terceirizados correspondem a 9,38% e os bolsistas representam 7,45% dos profissionais.

FUNÇÃO - NIT	Quantitativo	%
Servidores/Funcionários	673	50,11
Estagiários	390	29,04
Terceirizados	126	9,38
Bolsistas	100	7,45
Outros	54	4,02
Total	1343	100

Tabela 5 – Composição dos recursos humanos do NIT
Fonte: FORMICT/SETEC

Em relação à formação dos profissionais que atuam no NIT, verificou-se que engenheiros, físicos e químicos representam 23,38%, administradores e economistas representam 17,87%, profissionais com formação jurídica representam 12,36%, os biólogos representam 7,00%, os profissionais de comunicação social representam 4,69% e outras formações representam 34,70%.

FORMAÇÃO - NIT	Quantitativo	%
Engenharia, Química, Física	314	23,38
Administração/Economia	240	17,87
Direito	166	12,36
Ciências Biológicas	94	7,00
Comunicação Social	63	4,69
Outros	466	34,70
Total	1343	100

Tabela 6 – Composição dos recursos humanos do NIT
Fonte: FORMICT/SETEC

2.6 Proteções de Propriedade Intelectual

No que diz respeito aos pedidos de proteção de propriedade intelectual por parte das instituições públicas, verificou-se que 63% (85 Instituições) informaram que já possuem pedidos de Proteção Intelectual, outros 37% (48 Instituições) informaram que ainda não possuem pedidos.

Por parte das instituições privadas, verificou-se que 46% (15 Instituições) apresentaram pedidos de Proteção Intelectual, enquanto 54% (16 Instituições) informaram que não possuem pedidos de Proteção Intelectual, conforme detalhado na Tabela 07.

Possui Pedido de Proteção	Público	%	Privado	%	Total	%
Sim	85	63%	15	46%	100	61%
Não	48	37%	16	54%	64	39%
Total	133	100	31	100	164	100%

Tabela 7 – Índice de pedidos de proteção de propriedade intelectual.

Fonte: FORMICT/SETEC

Conforme informações recebidas por meio do FORMICT, as instituições públicas foram responsáveis pelo total de 986 proteções requeridas. Em contrapartida, nas instituições privadas, verificou-se que estas foram responsáveis pelo total de 92 proteções requeridas.

De posse das informações comentadas acima, buscou-se trabalhar com um indicador que mensurasse a relação entre quantidade de pedidos proteção e o quantitativo das instituições (com pedidos de proteção), conforme apresentado na fórmula abaixo:

$$\frac{\Sigma \text{ Qtd Pedidos de proteção requeridas}}{\Sigma \text{ Qtd. Instituições c/ pedidos de proteção}}$$

Por meio deste indicador, verificou-se que as instituições públicas, responsáveis pela grande maioria dos pedidos de proteção, apresentaram resultado superior ao das instituições privadas.

As instituições privadas apresentaram o índice de 8,73 proteções por instituição (131/15 instituições com pedidos de PI), já as instituições públicas apresentaram o índice de 13,13 proteções por instituição (1116/85 instituições com pedidos de PI), conforme demonstra o Gráfico 6.

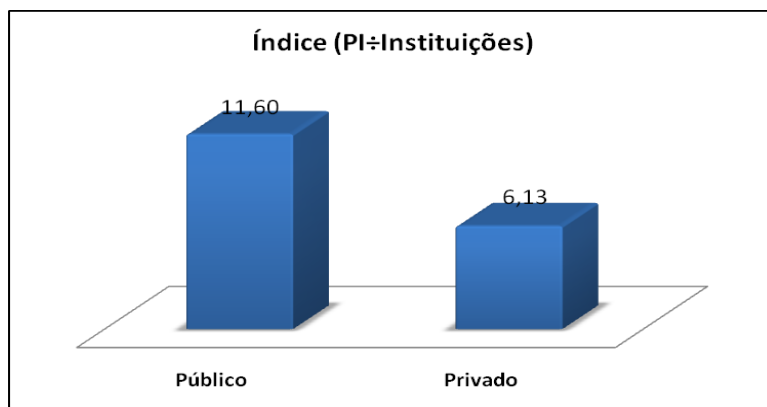


Gráfico 6 – Índice de proteção por tipo de instituição
Fonte: FORMICT/SETEC

Em relação ao país de preferência para registro dos pedidos de Propriedade Intelectual requeridos, foi constatado que a grande maioria das instituições, sejam estas públicas ou privadas, deram preferência por registrar seus pedidos no Brasil.

As instituições públicas informaram que 92,90% de seus pedidos de proteções requeridas ocorreram no Brasil, apenas 4,56% dos pedidos de proteções requeridas ocorreram no exterior e 2,54% em ambos (Brasil e exterior), conforme demonstra a Tabela 8.

Em relação às Instituições Privadas, verificou-se que os percentuais apresentaram diferenças significativas em relação às Instituições Públicas; 69,57% dos pedidos das Instituições Privadas ocorreram no Brasil; 30,43% somente no exterior e nenhum pedido em ambos (Brasil e exterior).

Proteções Requeridas	Pública	%	Privada	%	Total	%
Brasil	916	92,90%	64	69,57%	980	90,91%
Exterior	45	4,56%	28	30,43%	73	6,77%
Brasil/Exterior	25	2,54%	0	0	25	2,32%
TOTAL	986	100%	92	100%	1078	100%

Tabela 8 – Proteções requeridas x instituição solicitante x país
Fonte: FORMICT/SETEC

Já em relação aos pedidos de proteção concedidas (considerando as instituições públicas e privadas), verificou-se 85,80% destes foram concedidos no Brasil, 13,02% foram concedidos no exterior e 1,18% em ambos.

Proteções Concedidas	Pública	%	Privada	%	Total	%
Brasil	112	86,15%	33	84,62%	145	85,80%
Exterior	16	12,31%	06	15,38%	22	13,02%
Brasil/Exterior	02	1,54%	0	0,00%	02	1,18%
TOTAL	130	100%	39	100%	169	100%

Tabela 9 – Proteções concedidas x instituição solicitante x país
Fonte: FORMICT/SETEC

O Gráfico 07 apresenta um quadro geral dos pedidos de proteções concedidos e requeridos pelas instituições públicas e privadas. Por meio deste, foi possível verificar a discrepância do quantitativo de pedidos requeridos em relação aos pedidos concedidos, o que aponta para o problema atual do crescimento do estoque de pedidos de patentes sem análise (*backlog*). Cabe ressaltar que este fato é verificado tanto por parte dos pedidos concedidos no Brasil quanto no exterior.

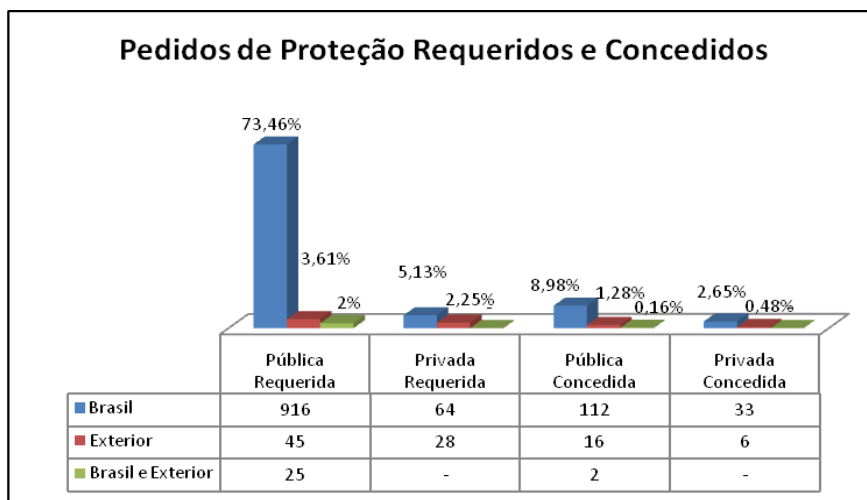


Gráfico 7 – Índice de proteção requeridas x proteções concedidas
Fonte: FORMICT/SETEC

Tipos de Propriedade Intelectual X Setor Econômico

Diferentemente dos anos anteriores, o formulário ano base 2010 permitiu identificar, com base nas informações prestadas pelas instituições, o relacionamento entre os diferentes tipos de propriedade intelectual com os setores econômicos. Como parâmetro para este último, utilizou-se a Classificação Nacional das Atividades Econômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

SETOR ECONÔMICO	PROTEÇÕES REQUERIDAS											
	MU	DI	PI	PC	TOP	CPC	RMPS	RMCoI	RMCEr	RIG	RDA	Outros
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	4	0	77 (77÷1078) 7,2%	7	0	38	15	0	0	1	1	2
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	0	27	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	25	4	387 (387÷1078) 35,90%	3	0	0	5	0	0	1	0	4
ELETRICIDADE E GÁS	3	0	22	0	0	0	1	0	0	0	0	1
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	5	0	32	0	0	0	1	0	0	0	0	1
CONSTRUÇÃO	2	0	19	1	0	0	0	1	0	0	0	0
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	0	0	14	1	0	0	0	0	0	0	0	0
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	0	26	46	0	0	19	0	1	0	0	0
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	4	0	65	22	0	0	33	1	0	0	0	0
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	0	0	3	2	0	0	2	0	0	0	0	0
EDUCAÇÃO	2	0	8	5	0	0	25	0	0	0	0	0
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	2	0	94 (94÷1078) (8,8%)	4	0	0	2	0	0	0	0	0
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	47	4	775 (775÷1078) (71,90%)	91	0	38	108	3	1	2	1	8

MU- Modelo de Utilidade
DI – Desenho Industrial
PI – Patente de Invenção
PC –Programa de Computador

TCI – Top. Circuitos Integrados
CPC – Cert. Proteção de Cultivar
RMPS – Reg. Marca Produtos e Serviços
RMCo- Reg. Marca Coletiva

RMCEr – Reg. de Marca de Certificação
RIG – Reg. Indicação Geográfica
RDA – Reg. Direitos Autorais

Tabela 10 – Tipos de proteções requeridas x setor econômico
Fonte: FORMICT/SETEC

Dentre os resultados identificados na análise das *Proteções Requeridas*, cabe mencionar o número expressivo de *Patentes de Invenção*, estes corresponderam a 775 pedidos, o que representa 71,90% do total. Os setores econômicos que tiveram maior índice de aplicação por este tipo de proteção foram *Indústria de Transformação* 35,90% (387 pedidos), *Saúde Humana e Serviços Sociais* 8,8% (94 pedidos) e *Agricultura, Pecuárias, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura* 7,2% (77 pedidos).

PROTEÇÕES CONCEDIDAS												
SETOR ECONÔMICO	MU	DI	PI	PC	TCI	CPC	RMPS	RMCo	RMCe	RIG	RDA	Outros
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	0	0	1	1	0	22	6	0	0	0	7	0
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	0	4	22 (22÷169) (13%)	0	0	0	1	0	0	0	0	0
ELETRICIDADE E GÁS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	1	0
CONSTRUÇÃO	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	0	1	32 (32÷169) (19%)	0	0	11	0	0	0	2	0
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	0	0	5	2	0	3	9	0	1	0	1	1
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
EDUCAÇÃO	0	1	0	1	0	0	14	0	0	0	4	0
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	0	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0
Total	0	5	34	42	0	25	46 (46÷169) 27%	0	1	0	15	1

MU- Modelo de Utilidade

DI – Desenho Industrial

PI – Patente de Invenção

PC –Programa de Computador

TCI – Top. Circuitos Integrados

CPC – Cert. Proteção de Cultivar

RMPS – Reg. Marca Produtos e Serviços

RMCo- Reg. Marca Coletiva

RMCe – Reg. de Marca de Certificação

RIG – Reg. Indicação Geográfica

RDA – Reg. Direitos Autorais

Tabela 11 – Tipos de proteções concedidas x setor econômico

Fonte: FORMICT/SETEC

Em relação às Proteções Concedidas, verificou-se uma incidência significativa dos pedidos de proteções de *Programas de Computador* com aplicação nos setores de *informação e comunicação*, estes representaram 19% do total de proteções concedidas. Em relação às *Patentes de Invenção* com aplicação na *Indústria de Transformação*, verificou-se que estes representaram 13% do total, valor bem abaixo dos pedidos de proteções requeridos.

O tipo de proteção que teve maior quantidade de pedidos concedidos foi *Registro de Marca de Produtos e Serviços*, estes representaram 27% do total, sendo que estes tiveram aplicação nos diversos setores econômicos, tais como *Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura, Informação e Comunicação e Outros*.

2.7 Transferência de Tecnologia

O Art. 6º da Lei de Inovação faculta à ICT celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida.

De acordo com as informações recebidas por meio do FORMICT, verificou-se que a grande maioria não possui contratos de transferência de tecnologia. Apenas 36 instituições informaram possuir contratos, sendo 27 instituições públicas e 09 instituições privadas.

Em relação às instituições que não possuem contratos de transferência de tecnologia, das 128 instituições, 106 são instituições públicas e 22 são instituições privadas. Em relação às instituições que informaram possuir contratos de transferência tecnológica, a maioria é representada pelas instituições públicas, correspondendo a 75,00% (27 instituições), as instituições privadas correspondem a 25,00% (09 instituições), conforme demonstrado no Gráfico 8.

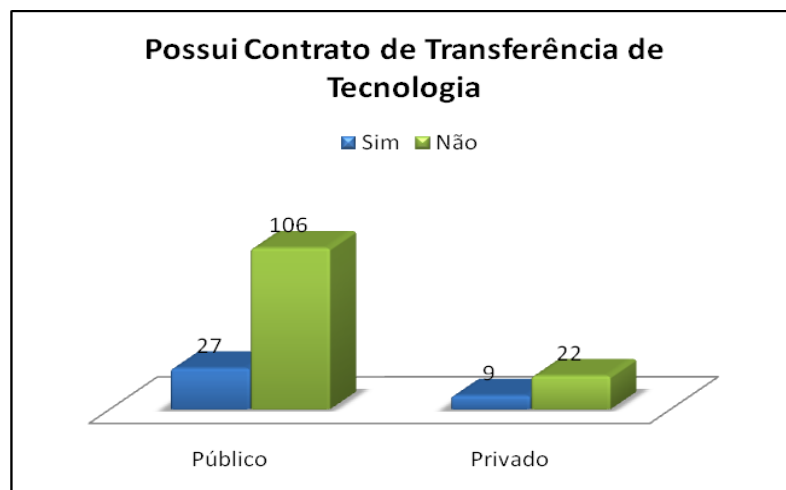


Gráfico 8 – Quantidade de instituições que possuem contrato de transferência de tecnologia.

Fonte: FORMICT/SETEC

Em relação aos recursos obtidos com Contratos de Transferência/Licenciamento de tecnologias, foi possível verificar que as instituições públicas foram responsáveis por mais de R\$ 160 milhões dos recursos obtidos, prevalecendo a realização de contratos classificados como *Outras formas*, ou seja, correspondem aos casos de tecnologias negociadas, porém, que não foram objeto de proteção por parte das instituições, estes contratos chegaram ao valor de R\$ 79 milhões. Com relação aos contratos *Sem Exclusividade*, verificou-se o valor de R\$ 77 milhões, já os contratos *Com Exclusividade* chegaram ao valor de R\$ 5 milhões.

O setor privado contabilizou R\$ 29 milhões em contratos Com Transferência/Licenciamento de Tecnologias, sendo que os contratos firmados *Sem Exclusividade* contabilizaram R\$ 1,5 milhão dos contratos firmados, enquanto que os contratos *Com Exclusividade* foram responsáveis por R\$ 875 mil e R\$ 25 milhões de *Outras Formas*.

No cômputo geral, foram contabilizados aproximadamente R\$ 191 milhões em contratos de transferência de tecnologia, sendo que destes, 40,59% dos recursos obtidos foram provenientes de instituições públicas com contratos firmados *Sem Exclusividade*, enquanto que os recursos obtidos *Com Exclusividade* provenientes de instituições públicas representaram 2,75%, *Outras Formas* de contrato representaram 41,42% dos recursos contabilizados. Em relação às instituições privadas, verificou-se que os contratos firmados *Sem Exclusividade* representaram

1,29% do valor total, *Outras Formas* de contratos representaram 13,13%, já os contratos firmados *Com Exclusividade* representaram 0,81% do total, conforme gráfico 9.

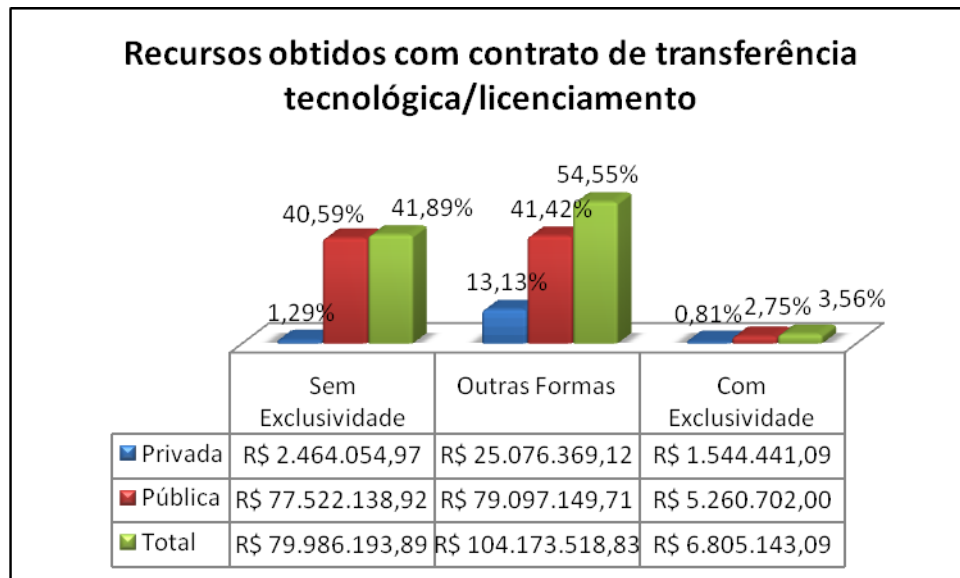


Gráfico 9 – Recursos obtidos com contratos de transferência/licenciamento.

Fonte: FORMICT/SETEC

Fazendo uma breve análise percentual das informações mencionadas acima, identificou-se que, no caso das instituições públicas, os contratos firmados *Sem Exclusividade* (77 milhões) e de *Outras Formas* (79 milhões) apresentaram valores similares, correspondendo respectivamente 47,89% e 48,86%, enquanto os contratos *Com Exclusividade* (5,2 milhões) representaram 3,25%, conforme gráfico 10.

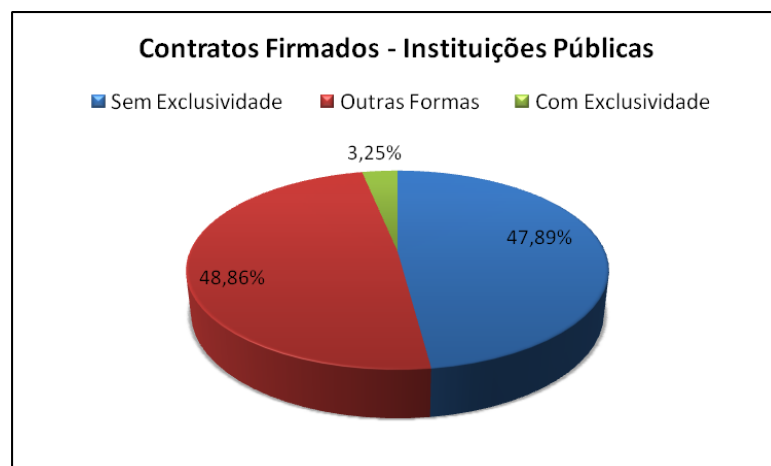


Gráfico 10 – Volume de recursos provenientes de contratos de transferência/licenciamento (%) - Instituições Públicas.

Fonte: FORMICT/SETEC

Percebe-se por meio do Gráfico 11 que o volume de recursos recebidos por parte das instituições privadas concentra-se nos contratos realizados sem tecnologia protegidas (*Outras Formas*), representando o percentual de 86,22%. Já em relação aos contratos firmados *Com Exclusividade* e *Sem Exclusividade*, verifica-se que foram pouco significativos, representando respectivamente 5,31% e 8,47%.

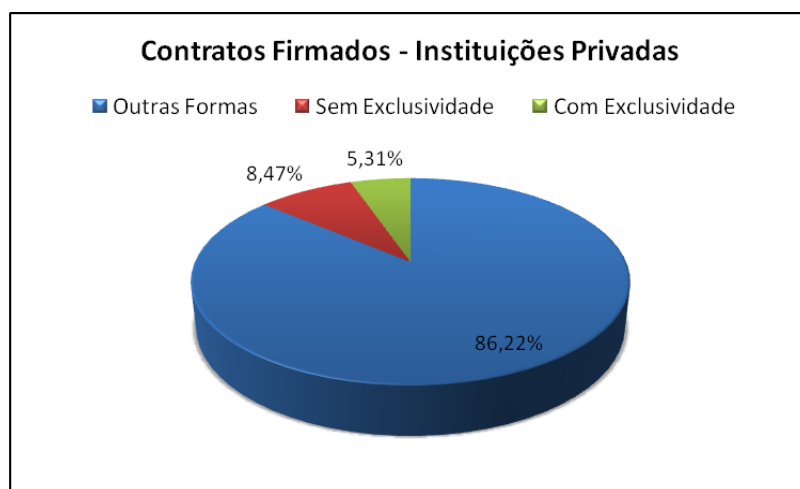


Gráfico 11 – Volume de recursos provenientes de contratos de transferência/licenciamento (%) – Instituições Privadas.

Fonte: FORMICT/SETEC

3. Análise Comparativa 2007/2008/2009/2010

O preenchimento do Formulário de Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas (FORMICT) permite que as instituições apresentem ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) as informações anuais referentes à política de propriedade intelectual da instituição, às criações desenvolvidas no âmbito da instituição, às proteções requeridas e concedidas e aos contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados.

Fazendo uma análise comparativa das informações obtidas no decorrer dos anos, verificou-se um crescimento do quantitativo de instituições que responderam o formulário, conforme demonstrado no gráfico 12.

Percebe-se uma tendência no crescimento do quantitativo de Instituições que preencheram o formulário, porém, um pouco menor neste último ano. Em 2010,

verificou-se que 164 instituições preencheram o formulário, representando um incremento de 5,12% em relação ao ano anterior.

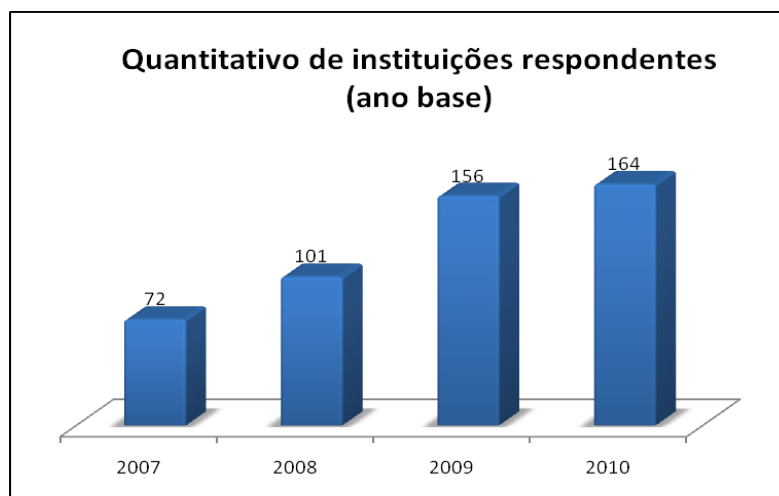


Gráfico 12 – Índice de crescimento das Instituições que preencheram o FORMICT

Fonte: FORMICT/SETEC

3.1 Distribuição Regional

Verificou-se que a participação das regiões não teve significativa alteração em relação ao ano base anterior, sendo que a região nordeste permaneceu no patamar de participação de 21%, a região sul foi a que apresentou maior aumento da participação, passando de 23% para 26%, a região sudeste decresceu 1%, passando de 38% para 37%, as regiões norte e centro-oeste fixaram o patamar de 8% cada uma, conforme gráfico 13.

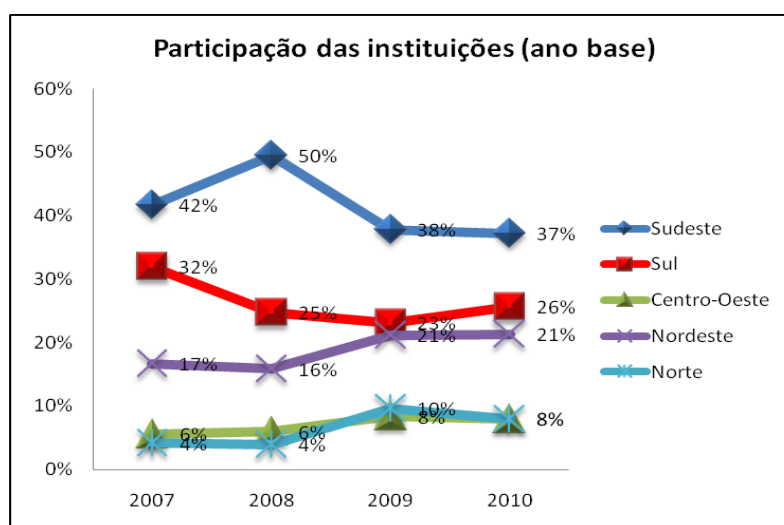


Gráfico 13 – Participação em termos percentuais

Fonte: FORMICT/SETEC

Em termos quantitativos, verificaram-se aumentos pouco significativos em quase todas as regiões, exceção à regra foi a região sul que teve o incremento de 06 instituições, passando de 36 para 42; a região sudeste e nordeste obtiveram o incremento de 02 instituições cada uma, a região norte apresentou o decréscimo de 02 instituições, enquanto a centro-oeste não sofreu alteração.

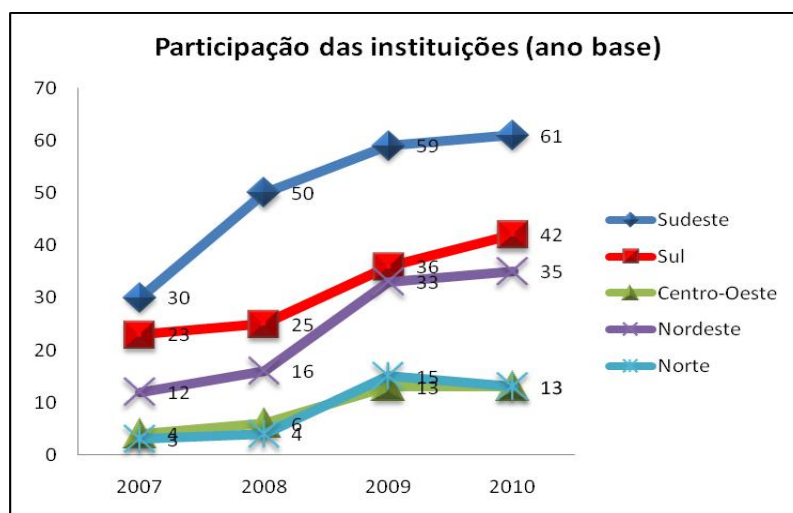


Gráfico 14 – ICT por região: comparativo dos anos em números absolutos
Fonte: FORMICT/SETEC

3.2 Natureza Jurídica

Assim como nos anos anteriores, as instituições federais seguem à frente das demais com maior representação, embora se tenha verificado uma pequena redução da participação em termos percentuais e mantido o quantitativo do ano base anterior.

Em relação às instituições estaduais, identificou-se um pequeno crescimento, tanto em termos quantitativos quanto proporcionais, estas passaram de 34 Instituições (cadastradas no ano passado) para 37 neste ano. Sua participação em termos percentuais passou de 15% para 26% em relação às demais.

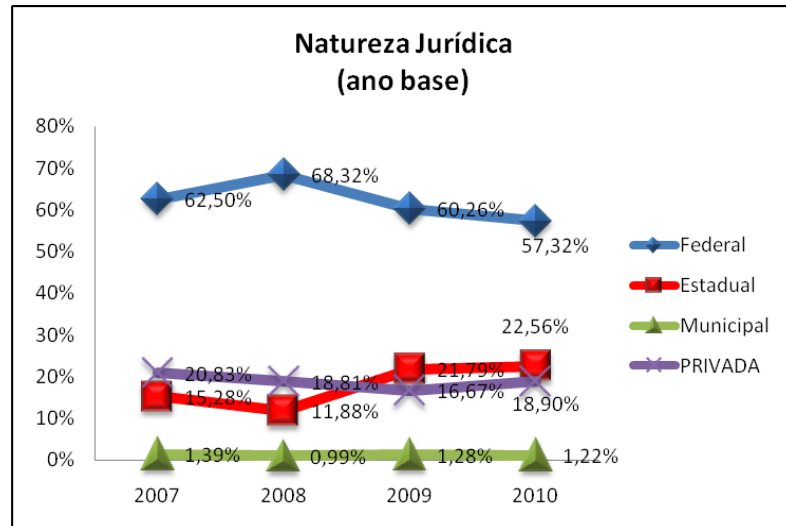


Gráfico 15 – Distribuição por natureza jurídica.
Fonte: FORMICT/SETEC

As instituições privadas tiveram crescimento em termos quantitativos, estas passaram de 26 Instituições cadastradas no ano anterior para 31 este ano. Por outro lado, tem-se verificado que sua participação em termos proporcionais se manteve sem grandes alterações, oscilando de 21,79% para 22,56%; não houve alteração no quantitativo das instituições municipais.

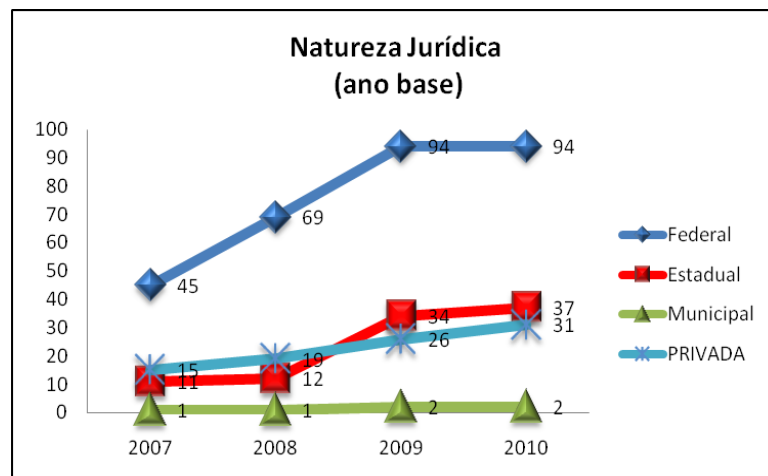


Gráfico 16 – Distribuição das ICT por natureza jurídica x ano em números absolutos.

Fonte: FORMICT/SETEC

3.3 Núcleos de Inovação Tecnológica

A implementação dos NIT nas instituições vem crescendo a cada ano, no entanto, verificou-se que este crescimento foi mais intensivo nos primeiros anos. Em 2007 identificou-se um adicional de 35 instituições que informaram que os seus Núcleos de Inovação foram implementados. No ano base 2010, constatou-se um crescimento adicional de 14 instituições com os Núcleos de Inovação implementados.

Verificou-se que não houve alterações significativas das instituições cujos Núcleos de Inovação Tecnológica se apresentam em processo de implementação. Verificou-se apenas o adicional de 01 instituição em relação ao ano anterior, passando de 59 para 60 instituições.

A condição de NIT *Não Implementado* sofreu redução no último ano, passando de 17 para 10 Instituições, conforme demonstra o Gráfico 17.

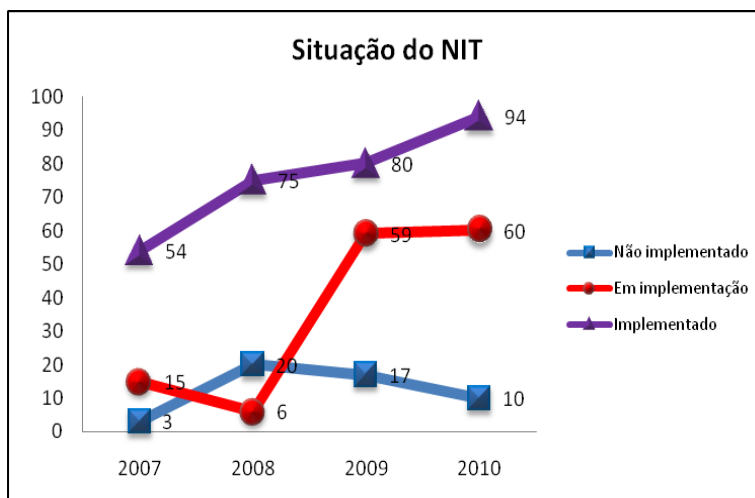


Gráfico 17 –Estágio de implementação dos NIT
Fonte: FORMICT/SETEC

4. CONCLUSÃO

A análise das informações fornecidas pelas ICT, quando do preenchimento do FORMICT, reveste-se de fundamental importância para entender os avanços recentes decorrentes da Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), que tem por objetivo criar ambiente favorável de cooperação entre as ICT e as empresas.

A consolidação dos dados fornecidos permite direcionar as estratégias de fomento da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC), provendo indicações sobre as necessidades mais prementes das ICT no que se refere à política de propriedade intelectual, tais como a importância de apoiar as ICT na implementação e consolidação dos seus NIT, na elaboração de sua política de inovação e na comercialização dos seus ativos intangíveis.

Para o aprimoramento deste formulário, buscou-se identificar as demandas de diferentes atores envolvidos na gestão das ICT, destacando a contribuição do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC) e as contribuições dos participantes do Workshop Nacional de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT), realizado nos dias 08 e 09 de novembro em Brasília – DF.

O formulário desse ano trouxe uma novidade na solicitação de informação sobre os Pedidos de Propriedade Intelectual, sendo possível identificar os setores econômicos que foram objeto de aplicação dos diferentes tipos de proteções. Outra novidade diz respeito à solicitação de informações referentes à política de propriedade intelectual das ICT e das respectivas atividades realizadas pelos NIT.

Para o próximo período de preenchimento de formulário, serão olvidados esforços no sentido de enfatizar a importância de fornecimento das informações prestadas pelas ICT ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, considerando que as informações prestadas visam não apenas atender aos dispositivos legais da Lei de Inovação, mas também, subsidiar as entidades governamentais e demais atores no processo de elaboração e execução de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação presentes no país.